

- V -

O PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO EM SAÚDE: UM OLHAR SOB A PERSPECTIVA CURRICULAR

Andrea Milán Vasques Pautasso
UFRGS- Brasil
deia.milan@yahoo.com.br

Adriana Rocely Viana da Rocha¹
UFRGS- Brasil
adriana.viana@uneal.edu.br

Introdução

O presente trabalho é um ensaio de pesquisa, cujo objetivo é apresentar o Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Saúde – PROFAPS, tendo como foco de análise a concepção curricular. Para tanto, utiliza-se como referencial teórico-metodológico principal, autores como Sacristán, Berstein, Apple.

Em 18 de dezembro de 2009, por meio da Portaria Ministerial nº 3.189, são dispostas as diretrizes para implementação do PROFAPS. Tal política pública, aqui entendida como “Estado em ação” (Gobert, Muller, 1987); tem como centralidade a formação e qualificação de profissionais de nível médio para trabalharem no Sistema Único de Saúde - SUS. Estas formações e qualificações, segundo a Portaria, serão desenvolvidas por meio de cursos de formação inicial e continuada, incluindo: capacitação, aperfeiçoamento, especialização e atualização e educação profissional técnica de nível médio.

O PROFAPS está inserido no contexto de ampliação e fortalecimento das ações voltadas ao ensino profissional no Brasil. Santos e Rodrigues (2012, p. 292) reforçam que “as políticas públicas para educação profissional e tecnológica, como todas as políticas sociais, devem ser cotejadas com as políticas econômicas”. Um dos debates diante do cenário de expansão da economia brasileira era justamente a qualificação dos trabalhadores que se inseriam no mercado de trabalho ou mesmo aqueles que já estavam empregados, mas sem formação específica.

Novos trabalhadores foram inseridos nos processos de trabalho em saúde, sem, contudo, terem a qualificação específica. Em 2008, na elaboração de Carta Consulta a ser negociada entre o Ministério da Saúde e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), dados estimados das fontes Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do cadastro geral de empregados e desempregados (CAGED) indicavam que, trabalhadores sem a qualificação

¹ As autoras desse artigo são doutorandas em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) na linha de pesquisa Arte, Linguagem e Currículo.

específica alcançavam um montante próximo a 745 mil. Enna Galvão (2012, p.22 Apud DURÃES, 2013)

Diante deste cenário, em 2009, é criado o PROFAPS.

O olhar sob o currículo

Este trabalho, que se encontra em andamento, tem como foco o que Sacristán (2000) denomina de *currículo prescrito*, ou seja, aquilo que está descrito nos documentos e que serve como orientador das escolas. No entanto, o mesmo autor destaca que as diferentes dimensões do currículo estão inter-relacionadas, sofrendo influências e mudanças. Trata-se aqui, de uma concepção de currículo em movimento. Bernstein (1996), através do conceito de recontextualização, também chama atenção a estas transformações do currículo, quando das mudanças de contexto.

O documento empírico deste estudo é a Portaria do PROFAPS e materiais curriculares elaborados com vistas à implementação dessa Política. O Art. 5º dispõe que terão prioridade na formulação e execução técnica-pedagógica dos cursos, as Escolas Técnicas de Saúde do SUS. A definição dessas escolas como executoras do PROFAPS, reflete também em questões curriculares. Isso porque, as Escolas do SUS têm uma especificidade: formar e qualificar trabalhadores para o Sistema Único de Saúde, o que se denominou “estudante-trabalhador” (Pereira, 2007). Para tanto, o currículo destinado a este estudante-trabalhador precisava estar conectado à realidade dos serviços de saúde no Brasil.

O Art. 3º da Portaria apresenta as áreas técnicas estratégicas e prioritárias para a educação profissional técnica: Radiologia, Patologia Clínica e Citotécnico, Hemoterapia, Manutenção de Equipamentos, Saúde Bucal, Prótese Dentária, Vigilância em Saúde e Enfermagem. Diante da definição das áreas prioritárias, são elaborados livros de diretrizes e orientações curriculares de quatro cursos técnicos, conforme imagem abaixo.



Os livros apresentam o marco de orientação curricular, com a estrutura e organização proposta. Nesse sentido, Apple (1989, p. 51) nos alerta para estarmos atentos às diferentes formas com que o currículo se configura e como é organizado; pois se tratam de construções ideológicas. No material referido, se destaca o modelo de competências como referencial para a formação do plano curricular recomendado pelo PROFAPS.

Em sentido estrito, competência é o que o indivíduo sabe ou é capaz de fazer em termos de conhecimentos, habilidades e atitudes. Contudo, em sentido amplo, esses termos vinculam-se ao conceito ampliado de trabalho como conjunto complexo de acontecimentos em geral imprevisíveis e com baixa margem para prescrição. Assim reconfigurado, o trabalho vai implicar a reorientação da formação para o desenvolvimento de capacidades e iniciativas de intervenções diante das necessidades cada vez mais complexas em todos os campos profissionais. (BRASIL, p.21, 2011)

Segundo Marcela Pronko (2011, p. 86) “a noção de competências se difundiu no Brasil nos anos 1990, associada à apologia da sociedade do conhecimento ou da sociedade pós-industrial, extensamente veiculada pelos organismos internacionais, principalmente o Banco Mundial”. No entanto, Marise Ramos (2011, p. 154), alerta para o risco do uso do modelo de competências como guia das políticas de educação profissional:

A abordagem curricular centrada nas competências apresenta o risco de se fazer um recorte restrito do que se deve ser ensinado, limitando-se à dimensão instrumental e, assim, empobrecendo e desagregando a formação, por atrelar essa dimensão a tarefas e desempenhos específicos, prescritos e observáveis.

Este enfoque está associado à modularidade como princípio educativo. O enfoque modular também está presente nos livros elaborados pela Política do PROFAPS. Na descrição da estrutura curricular, destaca-se que “ao adotar a lógica modular, a escola deve considerar o princípio da inter-relação de conteúdos que sustenta essa forma de desenvolvimento do currículo. (Brasil, 2011).

Embora esta pesquisa esteja em andamento, é possível observar que o marco de orientação curricular que guia as diretrizes dos cursos de formação profissional do PROFAPS, baseia-se na adoção de um modelo curricular de competências. Para tanto, o material elaborado pelo Ministério da Saúde, recomenda a adoção de uma estrutura modular de ensino, em que o *trabalho* se configura como princípio educativo orientador, atravessando toda a estrutura curricular dos cursos.

Metodologicamente, é importante estarmos atentos ao que Apple (2006, p. 44) denominou de análise relacional: “em vez de uma abordagem positivista, as coisas recebem significados relacionais, pelas conexões e laços complexos com o modo pelo qual uma sociedade é organizada e controlada”. Assim, este trabalho pretende estar atento às múltiplas relações que influenciam na definição da abordagem curricular escolhida por uma política educacional, neste caso, o PROFAPS; entendendo que tais definições são “sempre parte de uma tradição seletiva, da seleção feita por alguém, da visão que um grupo

tem do que seja o conhecimento legítimo”. (Apple, 2000, p.53). Portanto, um estudo curricular requer problematizar as escolhas realizadas em torno do conhecimento.

Referências

APPLE, Michael. **Ideologia e Currículo**. Porto Alegre: Artmed, 2006. 3ªed.

_____. **Política cultural e Educação**. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. Currículo e poder. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, jul-dez, 1989.

BERSTEIN, Basil. **A estruturação do discurso pedagógico: clases, códigos e controle**. Petrópolis: Vozes, 1996.

BRASIL. Portaria nº 3.189 de 18 de dez. de 2009 **Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Saúde**. Brasília, DF, Dez. 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Técnico em vigilância em Saúde: diretrizes e orientações para a formação**. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

DURÃES, Mônica Diniz. **Análise das iniciativas do Ministério da Saúde para a formação profissional de nível médio**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília. 2013

GOBERT, MULLER In, VAZ., L.G.D.; **Políticas públicas**. Revista nova Atenas de educação e tecnologia. Revista eletrônica do departamento. Acadêmico de ciência da saúde Educação física e esportes – Biologia – Segurança do trabalho. Vol. 10, nº. 01, jan./jun./2007

PEREIRA, Isabel Brasil. História da Educação Profissional em Saúde. In: **O processo histórico do trabalho em saúde**. Rio de Janeiro, EPSJV-Fiocruz, 2007.

PRONKO, Marcela. et al. **A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação**. São Paulo: Cortez, 2011.

RODRIGUES, Romir; SANTOS, Maurício I. Relações entre o público e privado na educação profissional e tecnológica: alguns elementos para a análise do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). **Revista Educação, Ciência e Tecnologia**. Canoas, v.1, n.2, 2012.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo**. Uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: Artmed, 2000.